



DOI: 10.33947/1980-6469-v18n1-4671

O CORPO DO BRASIL, DO JAPÃO E DO NIKKEI: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DOS CORPOS SOCIAIS**THE BODY OF BRAZIL, JAPAN, AND NIKKEI: THEORETICAL CONTRIBUTIONS OF SOCIAL BODIES**Luciane Maya Yamauchi¹, José Roberto da Silva Brêtas²

Submetido em: 26/02/2021

Aprovado em: 30/03/2023

RESUMO

O corpo é um assunto frequentemente abordado devido ao posto privilegiado que ele possui em nossa sociedade. No Brasil existe um corpo nacional padrão que exclui o corpo do brasileiro descendente de japonês – o *nikkei* –, que é visto como estrangeiro em sua terra natal. Portanto, acredita-se na importância em compreender as questões de corporalidade do *nikkei* em nossa sociedade. Para tanto, o estudo tem o intuito de trazer conceitos do corpo sobre diferentes perspectivas histórico sociais, primeiramente trazendo conceitos do corpo na cultura ocidental – que teve grande influência no Brasil – e depois da cultura japonesa. Finalizando com a trajetória do imigrante e seus descendentes em terra brasileira e uma discussão sobre o corpo do *nikkei* no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Nikkei. Imigração Japonesa.

ABSTRACT

The body is a subject frequently addressed due to the privileged position it has in our society. In Brazil, there is a national body that excludes the body of the Brazilian descendant of Japanese - the nikkei -, who's seen as a foreigner in his own country. Therefore, it's believed that is important to understand the nikkei corporeality issues in our society. To this end, the study aims to bring concepts of the body from different historical and social perspectives, firstly bringing concepts of the body into Western culture - which had great influence in Brazil - and then in Japanese culture. Concluding with the trajectory of immigrant and his descendants in Brazil and a discussion about the body of nikkei in Brazil.

KEYWORDS: Body. Nikkei. Japanese immigration.

INTRODUÇÃO

A problemática do corpo perpassa sobre diversas áreas de conhecimento e a temática tem sido frequentemente abordada em sua interdisciplinaridade. O corpo é colocado em um posto privilegiado em nossa sociedade, sendo notável uma preocupação constante com ele independente da classe social, etnia, faixa etária, gênero etc., existe uma busca incessante de um corpo inalcançável, do corpo necessário para se mostrar um alguém, um alguém importante e bem-sucedido. Existem corpos que são estereotipados, corpos que são marginalizados, corpos que são idealizados, os corpos nos mostram quem somos e quem “devemos” ser. E este processo interminável de julgamentos e preocupações que percorrem nossas vidas nos afetam diretamente sobre o que somos, como pensamos e como agimos.

Atualmente, vivemos uma experiência única em relação aos nossos corpos diante a uma larga exposição das redes sociais, na qual imagens e informações são repassadas com muito mais

¹ Mestre e doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela UNIFESP, Brasil. Correio eletrônico: lmayamauchi@unifesp.br

² Professor orientador no Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da UNIFESP, Brasil. Correio eletrônico: bretas.roberto@unifesp.br

acessibilidade e frequência como uma motivação para a busca de um corpo ideal (TIGGEMANN; SLATER, 2015; SILVA et al., 2018). Um corpo visto como algo a se *ter* e não sobre o que *ser*, sendo necessário *ter* o corpo para *ser* alguém.

Claro que não podemos limitar todas as problemáticas sobre o corpo apenas a este fator, mas é importante notar que existe um aumento de estudos que relacionam as redes sociais à problemas de saúde mental, e, também, observar pesquisas, como por exemplo: o estudo do GlobalWebIndex¹, que identifica o Brasil como o segundo país em que se passa mais tempo nas mídias sociais; dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) de 2018, que aponta que as condições de saúde mental são responsáveis por 16% da carga global de doenças e lesões em pessoas entre 10 e 19 anos, sendo a depressão uma das principais; e dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) de 2017, que mostra o Brasil na segunda posição do ranking mundial de cirurgias plásticas.

Diante a soma dos dados apresentados, observa-se que vivemos em uma sociedade que supervaloriza o corpo como um capital, na qual resulta-se em consequências relacionadas a saúde e ao bem-estar dos indivíduos, tornando, portanto, necessário os estudos aprofundados sobre o tema em nossa sociedade.

Para mais, sabemos que o Brasil está longe de ser um país homogêneo em sua identidade, tanto no sentido do fenótipo visto como “padrão nacional”, como culturalmente, muito pelo contrário, ele é caracterizado justamente pela sua identidade miscigenada construída pela sua trajetória. Porém, este “padrão nacional” é existente e há corpos que não se encontram dentro deste padrão, como por exemplo, o corpo do *nikkei*, mesmo inseridos na sociedade brasileira há mais de três gerações.

Compreendendo o corpo como um fenômeno biopsicossociais, que possui seus significados e compreensões diante da sua história, ambiente, relações sociais etc., considerando-o como principal meio de inserção na sociedade, e, percebendo-o como um objeto supervalorizado que intervém no nosso processo de formação de identidade, no nosso bem-estar e na nossa saúde, acredita-se na importância em estudá-los não somente em sua coletividade, mas também em seus grupos. Deste modo, para este estudo, pretende-se levantar contribuições para o debate sobre os corpos no Brasil na perspectiva das teorias histórico sociais que se encontram estes corpos, especialmente, do corpo do descendente de japonês – o *nikkei*.

COMPREENDENDO O CORPO NA NOSSA SOCIEDADE

A visão sobre o corpo que possuímos na sociedade brasileira teve grandes influências dos conceitos ocidentais, especialmente, dos conhecimentos europeus. O corpo inicialmente era visto como uma manifestação natural, uma mera herança biológica, pesquisado e compreendido apenas pelos estudiosos das ciências da natureza e que nada tinha em relação a cultura e sociedade. Foi somente no século XX que surgiram os primeiros estudos do corpo com relação ao meio sociocultural (KEMP, 2005).

Destacamos Marcel Mauss como um dos pioneiros de grande relevância ao estudar o tema em sua interdisciplinaridade, compreendendo o corpo como um fenômeno criado a partir de sua construção histórica, biológica e social. Mauss (1974) apresentou o modo como a sociedade impõe ao indivíduo

¹ Empresa com sede em Londres, que analisou dados dos 45 maiores mercados de internet no mundo. Acessar <https://www.globalwebindex.com/> para maiores informações.

formas de agir por meio do corpo, diante das necessidades e atividades exigidas pelo lugar e período que ele pertence, denominando como “técnicas corporais” as diferentes formas de se utilizar do corpo.

Assim, sucederam diversos estudos sobre o corpo como um fenômeno social, sendo importante ressaltar que, ao falarmos do corpo, existem diversas frentes e conceitos que tornam a temática complexa. Para este estudo, abordaremos o tema na perspectiva do corpo como um fenômeno social baseado em autores e conceitos de um viés metodológico específico.

Posto isso, partimos com os conceitos tratados por Le Breton (2007), que coloca o corpo como um vetor semântico na relação de como o mundo é construído. Para o autor, dialogando com Mauss, a expressão corporal é socialmente modulável, na qual os outros interferem diretamente na sua composição. Os indivíduos modulam seu corpo e suas ações para se enquadrarem inteiramente como um ator do grupo social que pertence, adequando-se para o contato social, sendo necessárias em razão dos conceitos culturais já existentes na sociedade, que, normalmente, são divididos entre os comportamentos aceitáveis e os totalmente inaceitáveis.

O corpo é um cartão de visitas vivo e por ele transmitimos o que somos e o que queremos passar ser, pois a apresentação dele coloca o indivíduo sobre o julgar do outro perante a um sistema de pré-conceitos de cunho social e moral já estabelecidos na sociedade, sendo que esses princípios partem das concepções de estética do corpo, de vestimenta, comportamentos, ações etc. (LE BRETON, 2007).

Portanto, podemos entender que o corpo também coloca o indivíduo em uma posição social econômica. Historicamente, sempre existiu a ideia da linguagem corporal como uma forma de mostrar uma condição social, porém, com o desenvolvimento do capitalismo o corpo passou a apresentar um papel ainda mais importante, pois este se tornou uma mercadoria. O capitalismo vende um ideal de beleza inalcançável, vende o corpo perfeito como forma de se sentir feliz e bem consigo mesmo, favorecendo a ampliação nas possibilidades e qualidades de produtos, símbolos e valores, uma vez que quanto mais inalcançável for o padrão ideal mais mercadorias nos podem oferecer (TRINCA, 2008).

No sistema capitalista de produção, o corpo é alvo da imposição não só de uma rigorosa disciplina que o afaste cada vez mais de uma noção “naturalizada” (portanto passível de impulsos instintivos), mas também de uma repressão moral profunda. Convenções de aparência como vestuários e moda e a rigorosa disciplina da etiqueta que reprime e controla o gestual e os movimentos nos controlam todo o tempo (KEMP, 2005, p. 87).

A sociedade propaga regras de civilidade na qual as camadas sociais dominantes são quase que “forçadas” a cumpri-las, para que se estabeleça uma linha entre uma pessoa civilizada e não-civilizada, bem-sucedida e malsucedida, e, assim, o indivíduo consiga se enquadrar e pertencer ao grupo desejado. O modo que se comporta, a roupa que se veste, o estilo que se escolhe, a postura do corpo, o formato do corpo, o uso da linguagem etc. são todos meios de se distinguir os indivíduos e seus grupos. A maior parte das manifestações corporais “naturais” ou instintivas vão sendo contidas e mais regras são necessárias para se “tornar” bem-sucedido e feliz.

O mesmo acontece com os corpos masculino e feminino, sendo que, por mais que possamos considerar natural o seu desenvolvimento corporal, as atribuições direcionadas para cada corpo são histórico sociais. As diferenças normatizadas para os homens e as mulheres dependem muito mais do

papel atribuído ao gênero do que de seus atributos corporais, portanto, homens e mulheres são preparados para atuar diferentemente diante as expectativas desiguais de gênero da nossa sociedade.

Existiriam outras inúmeras questões a serem tratadas sobre os diferentes corpos em relação ao gênero, faixa etária, cultura, sociedade etc., que não caberiam no estudo, mas o que é importante ressaltar é a existência de um padrão ideal que, independentemente de fatores como: cotidiano, renda, genética etc., são cobiçados por quase toda a sociedade, pois esse corpo representa autoestima, sucesso, status, classe social, entre diversas outras características.

Ademais, segundo Le Breton (2007), com a modernidade atual na área médica em modificar o corpo com cirurgias, as questões relacionadas aos valores à vida humana e à corporalidade são ainda mais aguçadas. Mesmo trazendo benefícios para a população, cada vez mais o corpo perde o valor moral e ganha valor técnico (mercante), dando-lhe o valor de um objeto que conta com uma demanda crescente e contínua de aperfeiçoamento. Deste modo, como visto, quanto mais difícil for o alcance do padrão ideal, mais tecnologias são criadas e cada vez mais o corpo se torna e se faz alvo das necessidades capitalistas.

Nesse sentido, podemos colocar o corpo como um capital cultural. Ter um corpo ideal faria o indivíduo pertencer a um grupo, assim como não o ter colocá-lo-ia em outro grupo hierárquico. E, de acordo com o estudo de Queiroz e Otta (2000), estar fora de um padrão de beleza da sociedade pode acatar na dificuldade de ascensão social e restringir a participação dos indivíduos nas redes de sociabilidade. Portanto, o corpo e os bens materiais que consumimos para mostrar o “eu” externo não se dissocia de nossa formação, investimos na aparência do corpo como tentativa de expressar ou afirmar uma identidade, de elevar a nossa autoestima e, também, para facilitar o convívio social (KEMP, 2005).

Entendemos assim que o corpo é um fenômeno indissociável da personalidade e da identidade do indivíduo em conjunto com a sociedade inserida e que para compreendê-la na perspectiva de um grupo ou um indivíduo, é necessário entrar em questões particulares de cada grupo, como cultura, história, tradições, entre outros. Portanto, em vista de trazer contribuições teóricas para estudos do corpo do descendente de japoneses no Brasil, abordaremos a seguir conceitos do corpo na história da cultura japonesa.

O CORPO NA HISTÓRIA DO JAPÃO

As primeiras concepções sobre o corpo na cultura japonesa vieram do budismo Mahayana e da medicina chinesa – sendo o primeiro o veículo de transmissão de ideias do segundo (GREINER, 2015). O budismo Mahayama, adentrou no país em 522, e teve grande influência durante o período de 592 a 621 (YAMASHIRO, 1964). Nesta visão, o corpo é visto como um elemento envolvido em um universo de relações, sendo constituído em uma soma de fenômenos, como nos fenômenos naturais encontrados nas relações com as comidas, questões ambientais, vírus, bactérias etc., como também, nos fenômenos supranaturais, que seriam acontecimentos para além da vida terrestre; o corpo teria, portanto, influência espiritual, envolvendo especialmente, os antepassados.

O corpo, a saúde e a doença, são tratadas em termos de regulação e desregulação de acordo com o tempo e a condição, ou seja, quando o indivíduo está doente, busca-se relações de ordem natural, como as estações, o vento, a água etc., como também se buscam explicações de ordem

supranaturais (GREINER, 2015), portanto, o corpo saudável seria um corpo em equilíbrio com todos os sentidos.

Ademais, durante a história do país, o corpo saudável passou a ser visto como um patrimônio nacional – o principal legado da nação –, que explicaremos mais adiante.

O Japão, por mais que se considerem uma nação com tradições japonesas “natas”, é uma sociedade misturada em sua composição, na qual grande parte de sua cultura, inicialmente, foi influenciada pela cultura chinesa. Inicialmente, porque, segundo Yamashiro (1964), durante o período Muromachi¹ (1393-1603) iniciou-se a inserção de conhecimentos da cultura ocidental no Japão, principalmente de Portugal, que fez e faz parte da construção identitária do país.

Nessa inserção da cultura ocidental no país houve uma forte propagação da fé cristã, que possuíam ideais que contrapunha os ideais budistas e de religiões como o xintoísmo (religião nativa), taoísmo e confucionismo, que de certa forma, conviviam “pacificamente” no país (YAMASHIRO, 1982). De acordo com Hichmeh (2013), nesse período não existia ainda a centralização de poder no país e a sociedade se encontrava em uma rígida pirâmide de hierarquia social, sendo estes os principais fatores do sucesso na conversão de grande parte do povo japonês para o cristianismo. Porém, a partir do momento que o país começou a passar por um processo de centralização de poder, o cenário mudou.

Com a posse de Toyotomi Hideyoshi, que tinha como principal objetivo a unificação do Japão comandada por um único líder, começou-se a questionar sobre a postura e pensamentos dos cristãos, que se contradiziam com alguns dos pensamentos e comportamentos da sociedade da época, e, também, sobre a lealdade dos jesuítas à nação japonesa. Assim, o líder Toyotomi Hideyoshi, contra os ideais cristãos, proibiu a permanência dos padres em solo nacional e também a propagação do cristianismo, mas, apesar da proibição, como o país ainda não possuía uma autoridade política e militar única, o ato não foi suficiente para acabar com a propagação da religião, visto que ainda adentravam missionários e livros religiosos juntamente com a entrada das cargas de comércios do exterior (HICHMEH, 2013).

Diante da unificação do Japão, juntamente com o rompimento da dependência do Japão com Portugal nas questões que envolviam a entrada de produtos do exterior, o país passou a tomar medidas mais rigorosas quanto ao cristianismo e conhecimentos vindos do ocidente. Além da rígida proibição do cristianismo, houve o fechamento dos portos, proibição de viagens de comércio ao exterior e uma política rígida controlada por um grupo; o governo obrigou que todos se convertessem ao budismo ordenando a apresentação de uma declaração a qual afirmava não ser cristão e ofereceu prêmios aos que denunciasses quaisquer atividades relacionadas ao cristianismo (YAMASHIRO, 1964; HICHMEH, 2013; GREINER, 2015). O Japão passava pelo período de “isolamento” e por uma fase de releitura de tradições. Pode-se dizer que nesse período houve a popularização dos elementos que até hoje são considerados como tradições da cultura japonesa.

¹ Período marcado por possuir uma das fases mais conturbadas e instáveis da história do Japão. Durante esse período ocorreu uma grande inquietação social devido a inexistência do poder centralizado, trazendo como consequência o poder das autoridades particulares em detrimento da pública, a qual gerou a necessidade do fortalecimento de uma relação entre senhor e vassalo em sistema feudal. Além da rigidez hierárquica, houve também diversas lutas entre os feudos regionais em busca de poder.

Durante o período de Tokugawa, diante ao rígido controle governamental, a sociedade permanecia severamente delimitada em classes sociais, uma vez que a mudança de hierarquia social era quase inexistente devido as condições da população e da proibição do casamento interclasses (YAMASHIRO, 1964). A estética e o comportamento se tornaram o principal meio de sinalizar a camada social que se encontravam os indivíduos, apontando um crescimento econômico do país que viabilizava essas representações, pois, segundo Greiner (2015), o conceito de moda nunca era visto isoladamente, sempre estava relacionada com questões políticas e econômicas, como por exemplo: a vestimenta dos nobres era marcada por peças de seda, mas a partir do momento que se iniciou a confecção nacional do material, elas passaram a se tornar populares, alavancando a economia da época.

Simultaneamente ao incremento da produção de materiais e da fabricação das roupas e de novos hábitos cotidianos, a aliança entre moda, estilo de vida, hierarquia social e status político foi significativamente amadurecida. Essa tendência tornou-se irreversível e a estética e a beleza transformam-se, pouco a pouco, em grifes culturais e os produtos de moda e beleza passaram a alimentar uma das redes comerciais mais potentes da Ásia (GREINER, 2015, p. 62).

Ao final do período de Tokugawa, aos poucos o país vai se abrindo para os conhecimentos e comércio de fora novamente, marcando o novo período como a era da modernização. E desta maneira, iniciou-se o período conhecido como Restauração Meiji (1868-1912), na qual o país passou por grandes modificações de costumes, inclusive em relação as vestimentas e o olhar sobre o corpo. Não existia, por exemplo, mais o hábito de levar uma catana na cintura ou de utilizar o penteado de cabelo, os homens passaram a cortar o cabelo e a se vestir com roupas da moda ocidental (YAMASHIRO, 1964); o corpo nu, que antes era visto no cotidiano das vilas e cidades japonesas por trabalhadores como pescadores, ou por mães que amamentavam seus filhos, ou por crianças que brincavam na rua, passou a possuir uma conotação erótica que não existia (FUJINO, 2002).

Segundo Greiner (2015), após uma ampla liberdade de entrada da cultura ocidental, que mudou completamente o cotidiano dos japoneses, em vista da posse de um governo ultranacionalista, o país entrou em um processo de retomada das tradições e uma intensa regulação e produção de corpos saudáveis. E é nesse momento que o corpo é considerado o principal legado nacional do país.

Como explica Igarashi Yoshikuni (2000), em 1929, o professor da Universidade de Tokyo e ideólogo nacionalista Kakei Katsuhiko reconheceu o corpo como o principal ambiente de batalha ideológica da época, acreditando que através de movimentos físicos, os corpos poderiam recuperar as interpretações mitológicas originais da nação, abraçando o espírito não contaminado por influências externas. A relação entre a ginástica calistênica que propôs e a doutrinação ideológica era identificada através de exercícios sistematizados na segunda metade dos anos 1930 pela *Zen Nihon Taiso Renmei (Federação do Japão de Ginástica Calistênica)*. O objetivo do projeto de 1937 para desenvolver o treinamento que foi chamado de kenkoku taiso (建国体操), era glorificar o espírito japonês que se manteria leal através do treinamento corporal. Buscava-se a produção de uma educação física para dinamizar o avanço da Ásia (GREINER, 2015, p. 71).

Ademais, foram criadas leis que obrigavam a população a passar por exames de aptidão física e exames para verificar a existência de infecções sexualmente transmissíveis (IST), distúrbios psicológicos, má nutrição, doenças mentais hereditárias, deformidades, entre outros, e desses resultados, os indivíduos que fossem considerados “não saudáveis” não eram considerados corpos patrióticos, sendo excluídos de diversas formas, como por exemplo: o local que mantinham pacientes

com lepra, era suprimido de alimentos e medicamentos, praticamente deixados para a morte (GREINER, 2015).

Após a derrota da Segunda Guerra Mundial, os corpos japoneses foram libertos do regime militar da nação, mas entraram em uma nova forma de regulamentação desses corpos consequente a entrada e ocupação da força americana em território japonês. A ocupação foi encerrada com o Tratado de Paz em 1952, porém, o Japão ainda era militarmente dependente dos EUA (IGARASHII, 2011), na qual, por mais que estivessem em condições desiguais a favor dos EUA, afetou positivamente a situação econômica do país com um grande crescimento urbano e o aumento de fábricas, visto o baixo custo militar e o acesso ao mercado americano quase irrestrito. Assim, o país entrava em um novo estágio de mudanças, e, em um curto período, durante o século XX, o país se tornava referência na área de cosméticos, sendo que atualmente, o Japão conta com inúmeras marcas de cosméticos famosas internacionalmente e possuem diversos produtos e técnicas de beleza para clareamento de pele, afinamento do rosto, alongamento de pernas, rejuvenescimento, entre outros, condizentes com o padrão de beleza da sociedade.

Por fim, não somente o corpo saudável, mas a estética do corpo também se torna essencial e necessária na sociedade japonesa. Para mais, não apenas o corpo estético, o comportamento, as práticas corporais e as regras de etiqueta são de extrema importância para a cultura, para como o indivíduo se mostrará para os outros e como os outros irão julgá-lo, dialogando com o pensamento de Mauss (1974) e Le Breton (2007).

Deste modo, diante a toda história do país, dos comportamentos, das tradições culturais, de sua educação, de sua política etc., levou o Japão a ser visto no Brasil e no mundo como um país de primeiro mundo, onde as pessoas são educadas, inteligentes, respeitosas, honestas etc.; é visto como um país tecnológico, de pensamento coletivo, entre outros. E essa visão do Japão que temos em nossa sociedade, afeta significativamente como são vistos os brasileiros *nikkei*, segundo Tsuda (2000), não somente pelo fato da maioria dos descendentes estarem em uma camada social favorecida, o pré-conceito “positivo” sobre eles também é fruto do que o Japão é nos tempos atuais. Sendo assim, em nossa sociedade, os descendentes ainda são considerados estrangeiros, por vezes até os mesmos se denominam japoneses, mesmo que nascidos em território brasileiro.

A QUESTÃO DO DESCENDENTE DE JAPONÊS NO BRASIL

O Brasil é caracterizado pela sua miscigenação formada pelos povos indígenas, nativos da região; africanos, trazidos pela escravidão; europeus e asiáticos, frutos da entrada imigratória. Porém, não são todos que se inserem no “padrão corporal brasileiro”, que é o caso dos asiáticos, que devido a sua aparência, são considerados estrangeiros em seu país natal. Nesse tópico, abordaremos então, sobre o imigrante e seus descendentes no Brasil, um pouco da sua trajetória no país e seu processo identitário.

A entrada imigratória japonesa no Brasil iniciou-se em 1908 e se estendeu significativamente até 1960. O Brasil, em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, visava atrair imigrantes europeus na falta de trabalhadores devido ao fim da escravidão, com o intuito de atrair a população minoritária da Europa que sofria ataques de cunho religioso e étnico, sendo assim, propagou-

se um retrato positivo do país: possuidor de riquezas naturais e portadora de uma sociedade sem conflitos sociais ou raciais (SKIMODE, 1976; RAMOS, 1996). Esta promessa de paz e trabalho atraiu não somente a população desejada, como atraiu também os afrodescendentes dos Estados Unidos e os japoneses.

A grande questão aqui seria devido ao fato que o Brasil, nessa propaganda, visava uma homogeneização racial a fim da busca de um padrão nacional, que entendia ser benéfico uma população majoritariamente branca (RAMOS, 1996). Sendo assim, os imigrantes que não faziam parte deste plano, não eram bem vindos no país. Somado a este fator, existia também oposições à entrada dos japoneses no país devido a experiência anterior na emigração para os Estados Unidos e outros países, que estavam insatisfeitos com a falta de assimilação destes imigrantes, declarando que o grupo não se adaptava aos costumes do país, se agrupavam e se isolavam. Deste modo, surgiram decretos e leis que impediam a entrada de asiáticos, e também de africanos, mas com a falta de mão de obra e a constante pressão dos fazendeiros, assinou-se, em 6 de novembro de 1907, o contrato que viabilizava a entrada dos japoneses no Brasil em caráter experimental (NOGUEIRA, 1973).

Segundo Sakurai (1999), a imigração japonesa aconteceu em duas grandes fases, a experimental (1908-1924), na qual entram no Brasil 31.414 japoneses, e a segunda fase, conhecida como imigração tutelar, de 1925 a 1941, emigrando 137.572 japoneses.

As primeiras viagens imigratórias foram subsidiadas pelo governo estadual e pelos fazendeiros, que poderiam posteriormente descontá-lo dos salários dos novos colonos. Esse esquema aconteceu até 1914 freado por uma rescisão de contrato de imigrantes pelo governo paulista. Em 1916, companhias japonesas de imigração se uniram e conseguiram uma nova concessão de 4-5 anos, ainda no mesmo esquema anterior, porque, nessa época, o Brasil estava com dificuldades em atrair imigrantes europeus devido a I Guerra Mundial (CARDOSO, 1995).

A partir de 1921 o governo paulistano recusou-se a pagar os subsídios para a viagem dos imigrantes japoneses, portanto, a partir de 1925, houve uma intervenção direta do governo japonês que passou a subvencionar os emigrantes para o Brasil, uma vez que o país era o único aberto a imigração do povo japonês. As empresas japonesas que recrutavam e encaminhavam os japoneses para o Brasil encarregavam-se, não somente em arcar com os custos da viagem, mas procuravam encaminhar os emigrantes com certo recurso financeiro para que estes conseguissem comprar um pequeno lote de terra no país destinado (CARDOSO, 1995).

Houve discursos de fazendeiros insatisfeitos com o processo trazendo à tona a falta de assimilação dos japoneses e do “perigo amarelo”¹, mas em contrapartida, também houve discursos “positivos” da entrada dos imigrantes. “Positivos”, porque até mesmo os defensores da entrada destes imigrantes traziam um discurso pejorativo do grupo, como podemos ver na posição dada pelo Prefeito da cidade de Antonina, Paraná, João Ribeiro da Fonseca, no inquérito sobre a imigração e raça da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1925:

¹ A expressão “perigo amarelo” surgiu diante a ideia de que os asiáticos, pela característica de trabalhadores formidáveis, inassimiláveis aos costumes ocidentais, por optarem por casamentos e alianças em grande parte apenas entre os membros da comunidade e pelo suporte que recebiam do governo japonês, estivessem com um plano de dominação.

Embora o ideal seja a arianização de nossa raça, o japonês é o tipo do trabalhador ideal pelo espírito de ordem, de iniciativa, de capacidade e de disciplina. Não acredito no chamado 'perigo amarelo' dadas as qualidades de ordem e respeito do japonês, que acatam as leis e as autoridades locais, jamais as incomodando, de modo que as estatísticas policiais só raramente registram um japonês envolvido, mesmo em simples casos correccionais. Ele é assimilável se não o deixamos isolado. Concorda em que do ponto de vista estético, seja elemento que não satisfaça, mas suas grandes qualidades sobrelevam esse defeito e ele nos dá aquilo de que mais necessitamos: o esforço produtivo admirável (RAMOS, 1996, p. 76).

Vimos explicitamente nesta citação a questão do imigrante “não desejável” em questões raciais, assim como a questão do comportamento dos imigrantes diante a situação. Acredita-se que o desinteresse de assimilação, e o comportamento honesto, de trabalhadores modelos e esforçados, ocorreu porque os japoneses deixaram suas terras na intenção de retorno após o acúmulo de posses suficientes, pensando no país a qual foi destinado como um local de residência temporária (TSUKAMOTO, 1973).

Portanto, nos países como Estados Unidos e Canadá que, por mais que as condições de trabalho fossem péssimas, eles conseguiriam alcançar seus objetivos de acumular dinheiro e retornar ao país de origem assim que possível, para tanto, os mesmos permaneceram como trabalhadores subcontratados ou semi escravizados, sem o intuito se inserir na sociedade ou mudar seu patamar. Porém, no Brasil, devido as condições de trabalho e de vida destoantes das que fora prometido, era quase impossível alcançar os objetivos permanecendo como empregados, sendo assim, os imigrantes passaram a se tornar pequenos proprietários autônomos na agricultura ou buscavam outros meios para aquisição de mais posses (TSUKAMOTO, 1973).

Segundo Tsukamoto (1973), havia um esforço notório dos japoneses, que trabalhavam de domingo a domingo em busca de alcançar o plano de migração temporária, e como possuíam de certa liberdade, não se empenharam na inserção com a sociedade brasileira, vivendo em seu grupo os mesmos costumes da vida no Japão, fortalecendo a vida familiar e no grupo de iguais, enfraquecendo ainda mais o seu processo de assimilação.

O cenário mudou no período de Getúlio Vargas, em que os imigrantes sofreram uma série de restrições, e, os discursos antinipônico tornaram-se cada vez mais institucionalizados. Eram vistos como uma ameaça na corrida pelo espaço econômico e militar por possuírem apoio governamental de seu país e por serem “inassimiláveis”. Acreditava-se na existência, por detrás da imigração, de um plano expansionista e de dominação. Ademais, eram vistos como ameaçadores da degenerescência racial, uma ameaça ao futuro do padrão nacional brasileiro, visto sua “inferioridade” e seu aspecto biológico (UENO, 2019). E assim, fecharam-se jornais e escolas de língua japonesa e proibiram o ensino da língua estrangeira, conseqüentemente, como a grande maioria desconhecia o português, acabaram sendo isolados, sem quaisquer notícias do Japão ou do andamento da guerra (CARDOSO, 1973; KUMASAKA e SAITO, 1973).

Cada vez mais o plano de retorno ao Japão se tornava inviável e os imigrantes tiveram que se reestruturar. Por mais que diversas famílias tivessem adquiridos terras na zona agrícola, muitas optaram pela mudança para os centros urbanos assegurando-se da boa educação para seus filhos, que agora focavam na educação brasileira a fim de se tornarem assalariados da zona urbana, como também, de elevar seu status na sociedade (ONO, 1973; CARDOSO, 1995; LEE; KIM; OKAMOTO, 2019). Deste

modo, os descendentes passaram a conviver grande parte do seu dia na sociedade brasileira, se assimilando a cultura e participando dos costumes do país.

Apesar disso, os japoneses não deixaram seus costumes e tradições e buscaram transmitir a cultura para seus descendentes. Uma prova disso é que, a partir do momento que o ensino de línguas voltou a ser aceito no Brasil, fundaram-se numerosas escolas japonesas no país, mas diferentemente das escolas passadas, essas eram consideradas uma educação complementar, não era obrigatória e tinham o foco em ensinar as crianças a serem “japonesas”, visava o sucesso deles no Brasil e ao mesmo tempo o mantimento das tradições (MORI, 2008).

Há de se ressaltar que essa é uma visão geral da trajetória do imigrante e dos seus descendentes. Esta trajetória ímpar no território brasileiro com escolhas, mentalidade e comportamentos que moldaram a forma deles se identificarem e de serem identificados padronizaram o grupo com características particulares. Mas as vivências dessas famílias seguiram seus próprios rumos, uns mantiveram com maior rigidez as tradições, outros se inseriram totalmente na cultura e costumes brasileiros, outros possuem um pouco da tradição em sua casa etc., o que queremos dizer com isso, é que não se trata de um grupo homogêneo, e, portanto, há tanto semelhanças como diferenças estabelecidas com o passar das gerações.

Porém, a visão de grupo homogêneo influencia a vida dos descendentes até os tempos atuais, por mais que já estejam totalmente inseridos na sociedade brasileira, são colocados em pré-conceitos baseados em tradições e costumes passados, e quando baseadas em costumes e tradições atuais, são culturais do Japão atual, como vimos anteriormente. Ou seja, eles ainda são considerados estrangeiros e muitos deles se identificam em uma dupla identidade étnica, apesar de serem brasileiros por direito, são considerados, e se consideram, por vezes, japoneses.

Discute-se sobre a exclusão dos asiáticos na formação da identidade nacional do país em vista do mito das três raças. Segundo Schwarcz (2000), durante o período que o país buscou por um padrão nacional, a cultura mestiça acabou representando oficialmente a nação brasileira, sendo ele uma mistura dos brancos, negros e dos índios, que podem ser encontrados em obras literárias como Macunaíma e Casa-Grande e Senzala, representando o brasileiro como uma mistura das três raças. Sendo assim, os indivíduos que fenotipicamente não fazem parte dos grupos formadores do padrão nacional, independentemente de serem brasileiros, de sua geração ou cultura, são caracterizados como estrangeiros. O brasileiro se identifica como brasileiro em vista de um padrão fixado pelo mito das três raças, e não somente isso, as questões étnicas dos brasileiros são baseadas no seu fenótipo, o corpo brasileiro é visto somente pela sua cor, além de também não se associar a nenhuma linhagem genética (SCHWARCZ, 2000).

Ademais, ao visar a homogeneização da raça brasileira no intuito de “embranquecer” a população, além de não obter o sucesso desejado, essa prática trouxe pressupostos ainda mais fortes da desigualdade racial no país, que passou a atrelar a cor com classes sociais e econômicas. O branco, obviamente, está sempre atrelado a uma classe favorecida e o *nikkei*, por estarem, em sua grande maioria, em uma classe econômica favorecida, e por serem considerados uma extensão do Japão, acabam sendo equiparados aos brancos, passando por um processo de “embranquecimento”. Portanto, os pré-conceitos e características gerados pela classe social e pelo que o Japão representa atualmente,

descreve-se o *nikkei* como um indivíduo “do bem”, trabalhador, honesto, inteligente, confiável, responsável, tímido, reservado, bom em tecnologia etc., sendo em grande parte, atributos “positivos”.

Esses atributos vistos como positivos geram questões racistas explícitas em frases comuns como: “Mate um japonês para passar no vestibular.” ou “Enquanto você se diverte, tem um japonês estudando.”, que, além de homogeneizar o grupo e reforçar o ser estrangeiro, pode acatar na vulnerabilidade dos indivíduos pertencentes. Quando falamos de vulnerabilidade, podemos citar o estudo de Taylot, Landreth e Bang (2005), que mostra como os estereótipos atribuídos a este grupo causam angústia e criam conflitos entre seus pares. Por mais, são criadas expectativas que contribuem no desenvolvimento de ansiedade, tendo um impacto maior no grupo que possui um desempenho abaixo do esperado, podendo também apresentar sinais de depressão e baixa autoestima.

Ademais, no estudo de Acevedo e Santos (2013) que teve o intuito de analisar a representação do indivíduo asiático¹ nas propagandas de anúncios de revistas brasileiras, notou-se a tendência da representatividade oriental em propagandas de tecnologias ou voltadas para os negócios, sendo quase inexistente em publicações voltadas ao público feminino, mesmo diante ao fato desse grupo representar um mercado atraente para produtos como vestimenta e cosméticos. Essa limitação em mostrar os asiáticos como trabalhadores, bem-sucedidos, inteligentes, limitam a vida dos indivíduos, que devido a exposição repetitiva das mídias com representações estereotipadas, podem construir ou reforçar as expectativas que são direcionadas a este grupo, podendo levar o grupo a acreditar que este é um reflexo de sua realidade (TAYLOT; LANDRETH; BANG, 2005). Podemos até mesmo arriscar dizer que é devido a essa teoria que os brasileiros descendentes de japoneses, segundo Lee, Kim e Okamoto (2019), são vistos em massa em cursos tradicionais e mais concorridos como Medicina, Engenharia e Direito das principais universidades públicas do Brasil. Além de notarmos a pouca representatividade do grupo em outros ramos profissionais, como as artísticas.

CONSIDERAÇÕES

Interessou-nos, para este estudo, trazer conhecimentos histórico sociais do corpo, tanto de uma perspectiva com viés dos conceitos ocidentais como de uma perspectiva da história do Japão, e de conhecer um pouco da trajetória da comunidade *nikkei* em território brasileiro, a fim de compreender sobre a situação do corpo do *nikkei* no Brasil e levantar a importância do debate sobre este corpo excluído e estereotipado, que traz consequências em seu processo identitário, em sua aceitação, além de limitar suas escolhas de vida.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; SANTOS, C. C. A Minoria Modelo: uma análise de conteúdo das representações de orientais em propagandas de mídia impressa no Brasil. In: **XXXVI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ – 22 a 26 de set, 2012.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. Tradução: Masato Ninomiya I. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

¹ Ressalta-se no estudo, que os termos “oriental” e “asiático” foram utilizados referindo-se a qualquer pessoa com ascendência visível de algum país do extremo oriente, excluindo nações do subcontinente Indiano, localizadas na região conhecida como Oriente Médio ou ex membros da União Soviética.

CARDOSO, R. C. L. O papel das associações juvenis da aculturação dos japoneses. *In*: SAITO, H. & MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 317-345.

FUJINO, Y. O Corpo Feminino Descoberto: Análise da Sereia de Takeuchi Keishú no Contexto editorial da Era Meiji. **Estudos Japoneses**, n. 22, p. 103-111, 2002.

GREINER, C. **Leituras do corpo no Japão**. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

HICHMEH, Y. S. S. O cristianismo no Japão: do proselitismo jesuíta à expulsão da igreja. Anpuh Brasil. *In*: **XXVI Simpósio Nacional de História**. Natal, RN, jul, 2013.

KEMP, K. **Corpo modificado**: corpo livre?. São Paulo: Paulus, 2005.

KUMASAKA, Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. *In*: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 448-464.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEE, K. Y.; KIM, Y. C.; OKAMOTO, M. S. História oral do primeiro nipo-brasileiro a ingressar no Itamaraty. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 42, p. 83-91, 2019.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Epu/Edusp, 1974. v. 2.

MORI, K. Transformação de modelo educacional de nissei na comunidade nikkei-brasileira. De Wakon-hakusai-ron ao hakkon-wasai-ron. **Estudos Japoneses**, n. 28, p. 69-98, 2008.

NOGUEIRA, A. R. Considerações Gerais sobre a Imigração Japonesa para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. *In*: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 56-68.

ONO, M. De colono a pequeno produtor. *In*: SAITO, H. & MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 129-163.

OPAS. Saúde mental dos adolescentes. **Folha informativa**, set, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>.

QUEIROZ, R. S.; OTTA, E. A beleza em foco: condicionantes culturais psicobiológicos na definição da estética corporal. *In*: QUEIROZ, R. S. **O corpo brasileiro: estudos de estética e beleza**. São Paulo: Editora SENAC São Paul, p.15-66, 2000.

RAMOS, J. S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. *In*: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996. p. 59-82.

SAKURAI, C. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). *In*: **XXII Encontro Nacional da ANPOCS**. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro, 1998 Caxambu-MG, 1999.

SCHWARCZ, L. K. M. No país das cores e nomes. *In*: QUEIROZ, R. S. **O corpo brasileiro: estudos de estética e beleza**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 97-130.

SILVA, A. M. B.; MACHADO, W. L.; BELLODI, A. C.; CUNHA, K. S.; ENUMO, S. R. F. Jovens Insatisfeitos com a Imagem Corporal: Estresse, Autoestima e Problemas Alimentares. **Psico-USF**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 483-495, jul. 2018.

SKIMODE, T. **O Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAYLOR, C. R.; LANDRETH, S.; BANG, H. K. Asian Americans in magazine advertising: Portrayals of the “Model Minority”. **Journal of Macromarketing**, v. 25, n. 2, p. 163–174, 2005.

TIGGEMANN, M.; SLATER, A. The role of self-objectification in the mental health of early adolescent girls: Predictors and consequences. **Journal of Pediatric Psychology**, v. 40, n. 7, p. 704-711, 2015.

TRINCA, T. P. **O corpo-imagem na “cultura do consumo”**: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2008.

TSUDA, T. **The benefits of being minority**: The ethnic status of the Japanese Brazilians in Brasil, n. 21, University of California – San Diego: The Center for Comparative Immigration Studies, 2000.

TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. *In*: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973. p. 13-31.

UENO, L. M. M. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, n. 41, p. 101-115, 2019.

YAMASHIRO, J. **História dos samurais**. São Paulo: Hamburg, 1982.

YAMASHIRO, J. **Pequena História do Japão**. 2. ed. São Paulo: Editora Herder, 1964.